



**Seminários do Curso de doutoramento (3º Ciclo)**  
**FDUNL**  
**2014/2015**  
**Temas**

**Direito e Sociedade / Law and Society**  
**Profs Armando Marques Guedes e Cristina Nogueira da Silva**

**TEMA / TOPIC**  
**The Autonomy of the Law**

Law is often regarded, by jurists and even by non-jurists, as being articulated as an autonomous field, one largely if not entirely independent of other domains of knowledge. There is, however, by no means a shared consensus about this. In effect, most analysts tend to envisage law and legal systems, formal or informal, pluralist or not, as responding to the diverse contexts into which these fields, or domains, are embedded. The theoretical productions pertaining to such issues by no means takes place in a homogenous space. Different authors naturally posit a different emphasis on what these contexts are: for some, they are mostly economic, for others, cultural, for others still, social, or even linked to power structures; some other analysts prefer to focus, instead, on their historical background. The situation is actually rendered even more interesting and challenging given that most authors change and nuance their takes on these matters as they move along their studies on them.

These seminars we shall endeavour to carry an initial systematic and interactive study and analysis of legal institutions and forms from the interdisciplinary perspective this naturally calls for. We will do so, of course, in a chronological order of their production, as doing that neatly brings out 'genealogical' linkages. In them, we shall look both at international and national productions on the various fronts opened. We shall do so with as wide a disciplinary scope as possible, thus involving, fields of knowledge such as politics, economics, anthropology, sociology, linguistics and philosophy – within context and, again, always in the chronological order of their emergence.

**Bibliografia preliminar**  
**Recommended Introductory Bibliography**

**Armando Marques Guedes (2005) *Entre Factos e Razões. Contextos e Enquadramentos da Antropologia Jurídica*. Almedina, Coimbra.**

**Brian Z. Tamanaha** (2001) *A General Jurisprudence of Law and Society*, Oxford, Oxford University Press. [FDUNL: S2-44]

**Cristina Nogueira da Silva** (2009), *Constitucionalismo e Império*. Coimbra, Almedina.

**Duncan Kennedy** (1976), "[Form & Substance in Private Law Adjudication](http://duncankennedy.net/bibliography/chrono.html)", *Harvard Law Review*: 1685-1778, disponível em <http://duncankennedy.net/bibliography/chrono.html>

**Jack Balkin** (1986), "The Crystalline Structure of Legal Thought", *Rutgers Law Review* vol. 39, no. 1: 2-103, descarregado a 10 de Setembro de 2008, mas ainda lá disponível a 9 de Outubro de 2009, em <http://www.yale.edu/lawweb/jbalkin/articles/crystal.pdf>

**Jürgen Habermas** (1996), *Between Facts and Norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*, MIT Press. Cambridge, Massachussets.

\*\*\*

**Teoria do Direito**  
**Prof. André Campos**

**TEMA / TOPIC**  
**Legal Validity**

The body of literature on legal validity is myriad and growing. More than simply synonymous with the idea of legitimacy, validity is mostly the specific characteristic of a normative frame of reference which determines it as positive law. That which makes the problem of legal validity the main problem of legal theory is the difficulty in identifying such a specific characteristic (or essential property). A validity test is nothing more than the analysis of a given normative frame of reference in the light of the criteria that constitute this specific characteristic. And the establishment of different criteria is precisely what still justifies the distinction between natural law theories and legal positivism in contemporary jurisprudence. These seminars intend to offer students the possibility of discussing some of the main theories of contemporary jurisprudence, such as those present in the works of Finnis, Kelsen, Hart, Dworkin and Raz; their purpose is to contribute to each student's methodological reflexion on their chosen field of research.

\*\*\*

**Direito Privado / Private Law**  
**Prof. Carlos Ferreira de Almeida**

### **TEMA / TOPIC**

**Invalidades. Nulidade, anulabilidade e inexistência do ato jurídico.**  
**Voidness, voidability and nonexistence of legal acts.**

Bibliografia preliminar

Oliveira Ascensão, *Teoria Geral, II, Acções e Factos Jurídicos*, 2. ed.,  
Coimbra, 2003, p. 365 ss

*Principles. Definitions and Model Rules of European Contract Law, Full*  
*Edition*, org. von Bar & Clive, Munich, 2009, vol. 1, arts. II-7:101 ss

*Treitel on the Law of Contracts*, 13. ed. by E. Peel, London, 2011, p. 310 ss

\*\*\*

**Direito Processual / Civil Procedure**  
**Prof<sup>o</sup> José Lebre de Freitas**

### **TEMA/ TOPIC**

#### **Objeto do processo e caso julgado**

A teoria do caso julgado é ao mesmo tempo ponto de chegada e elemento nuclear do direito processual civil. As suas implicações práticas são vastas e nem sempre bem entendidas, quer na doutrina, quer na jurisprudência. O investimento que nela se faça no terceiro ciclo de Bolonha é a todos os títulos enriquecedor. A abordagem do caso julgado, cruzamento, como é, de conceitos de direito material e de direito processual, implica o firme conhecimento dos elementos subjetivo e objetivo da instância processual e por isso por aí há que iniciar um curso que se proponha desembocar no estudo aprofundado do caso julgado.

O programa da disciplina será, por isso, este:

1. Noção de objeto do processo
2. Modificação do pedido
3. Modificação da causa de pedir
4. Parte processual
5. Litisconsórcio
6. Intervenção de terceiros
7. Trânsito em julgado da decisão
8. Exceção de caso julgado (identidade de partes e objeto) e caso julgado prejudicial (identidade de partes e dependência de objetos)
9. Âmbito objetivo do caso julgado
10. Extensão subjetiva da eficácia do caso julgado
11. O caso julgado na ação executiva e nas ações declarativas dela dependentes
12. O caso julgado nos procedimentos cautelares
13. O caso julgado na arbitragem internacional
14. Um caso à margem da jurisdição: o processo de injunção

\*\*\*

**Direito Público / Public Law**  
**Prof<sup>a</sup> Helena Pereira de Melo**

**TEMA / TOPIC**

**A Igualdade e a não discriminação no direito português de origem interna, internacional e europeia. Constituição, leis, jurisprudência. A construção e a desconstrução das desigualdades.**

**Equality and non discrimination in Portuguese, European and International Law.**

\*\*\*

**Direito Penal / Criminal Law**  
**Prof.<sup>a</sup> Teresa Pizarro Beleza**

**TEMA / TOPIC**

**Injunções internacionais de criminalização e restrições constitucionais – um paradigma em mudança?**

**International injunctions of criminalization: constitutional problems – a changing paradigm?**

O Direito Internacional e o Direito 'supranacional' (Europeu ou outro) estão a reconfigurar os princípios do Direito Penal em matéria de 'intervenção mínima'?

Várias Convenções internacionais e algumas Directivas europeias sugerem ou impõem o sancionamento ou mesmo a criminalização de certos comportamentos no Direito interno dos Estados: como exemplos, a Convenção sobre a Tortura das Nações Unidas, de 1986; a Convenção de Istambul do Conselho da Europa (sobre Violência de género, etc.) de 2011. Ou as várias Directivas da União Europeia sobre múltiplas matérias que impõem o sancionamento de comportamentos contrários ao objectivo que prosseguem.

Algumas decisões de tribunais internacionais também sugerem necessidade de maior protecção de certos bens jurídicos, como as decisões do TEDH (Tribunal Europeu de Direitos Humanos, Estrasburgo) sobre acrescida protecção contra violência doméstica ou violação, o que pode significar pelo menos uma sugestão de criminalização.

Como compatibilizar estas «ordens de criminalização» com o paradigma ainda constitucionalmente vigente de um Direito Penal de 'intervenção mínima', tradicionalmente de origem estritamente nacional, também como atributo de soberania, será o ponto de partida para o seminário de Direito Penal neste ano de 2014/2015.

\*\*\*

**TEMA / TOPIC**  
**Direito Internacional**

**A) PROGRAMA**

**CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO**

§1.º Direito Internacional: noções fundamentais

§2.º Direito Internacional: enquadramento histórico. Do final da II Guerra Mundial aos nossos dias.

**CAPÍTULO II - DIREITO INTERNACIONAL SANCIONATÓRIO**

§3.º Violação e efetividade do Direito Internacional da Segurança

§4.º A resolução das controvérsias internacionais: mecanismos e ferramentas jurídico-dogmáticas

§5.º. A relação entre o Direito Internacional e o Direito Interno

**Capítulo III – DIREITO INTERNACIONAL E POLÍTICA INTERNACIONAL**

§6.º. Direito Internacional e Política Internacional: correlação científica e pragmática

§7.º. O papel específico das Organizações Internacionais

§8.º. A Organização das Nações Unidas (ONU) no quadro da evolução do Direito Internacional

§9.º. A intervenção militar e a política ocidental contemporânea: enquadramento e complexidades jurídicas

**CAPÍTULO IV – DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS**

§10.º Os conflitos internacionais: noção, tipos e meios de solução

A condenação internacional da guerra

§11.º A preservação da paz internacional pela Organização das Nações Unidas

§12º. A multipolaridade dos conflitos actuais e as dificuldades de enquadramento jurídico homogéneo: os grandes desafios do Direito Internacional da resolução de conflitos.

## CAPÍTULO V – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

§13º Evolução do Direito Internacional Humanitário

§14º Construção do Direito Internacional Humanitário

§15º. A intervenção militar humanitária: enquadramento e actualização dogmática

## CAPÍTULO VI – DIREITO INTERNACIONAL PENAL

§16.º A responsabilidade penal internacional

§17.º O Tribunal Penal Internacional

## CAPÍTULO VII – DIREITO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA NA NOVA SOCIEDADE DO RISCO

§18.º A Nova Sociedade do Risco: características e desafios

§19.º A Nova Justiça Internacional no contexto do combate ao terrorismo transnacional

§20º. O Direito Penal do Inimigo e a evolução do quadro jurídico internacional: reptos e desafios fundamentais

## CAPÍTULO VIII – JUSTIÇA INTERNACIONAL

§21º. O novo Direito Penal Internacional: configuração e características formais e materiais

§22º. Os novos mecanismos de justiça internacional: mecanismos nacionais e supranacionais

§23º. Os conflitos regionais do século XXI e a crise da ideia de justiça global internacional

### **B) BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

- AAVV, *Terrorismo* (coord. de Adriano Moreira), 2ª ed., Almedina, Coimbra, 2004

- AAVV, *Terrorismo e Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2006

- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 1ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *As Teias do Terror – Novas Ameaças*, Ésquilo, Lisboa, 2006
- Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 7ª ed., Almedina, Coimbra, 2007; *A Comunidade Internacional em Mudança*, 3ª ed., Almedina, Coimbra, 2007
  
- Celso D. de Albuquerque Mello, *Direitos Humanos e Conflitos Armados*, Renovar, Rio de Janeiro, 1997
  
- Daniel Innerarity, *A sociedade invisível*, Teorema, Lisboa, 2009
- Díez de Velasco, Manuel, *Instituciones de Derecho Internacional Público*, 16ª ed., Tecnos Ed., Madrid (2007)
  
- Jorge Bacelar Gouveia: *Direito Internacional Humanitário – introdução e textos fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2006; *Direito Internacional Penal*, Almedina, Coimbra, 2008; *Manual de Direito Constitucional*, II vols., 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2013; *Manual de Direito Internacional Público*, 4ª ed., Almedina, Coimbra, 2013
  
- José Torres, *Terrorismo Islâmico – gestão dos riscos para a Segurança Nacional*, UAL, Lisboa, 2009
  
- Oliveira Martins, Margarida Salema, *As reformas nas Nações Unidas e a reforma das Nações Unidas*, separata de Homenagem ao Prof. Doutor André Gonçalves Pereira, FDUL, (2006) p. 803-820
  
- Ulrich Beck, *Risk Society*, Sage, London, 2012; *La comunidad internacional de riesgo*, Barcelona, 2008
  
- Ventura, André, *Lições de Direito Penal – Volume I*, Chiado Editora, Lisboa (2013); “Terrorism, Organised Crime and the Criminal Justice System – a theoretical framework” in *Revista de Direito Público* nº7, Lisboa (2013); “A bifurcação dos sistemas de justiça criminal no âmbito do combate ao terrorismo transnacional e à criminalidade organizada internacional” in *Revista de Direito e Segurança*, Ano I, nº2 (2013); “Analysis on different models of Criminal Justice Systems – a new scientific perspective” (co – autoria com o Dr. Raul Soares da Veiga), *Systemas: Revista de Ciências Jurídicas e Económicas*, Campo Grande (Brasil), Vol IV (2011)

\*\*\*

**Direito Europeu / European Law**  
**Prof.ª Sofia Santos**

**TEMA / TOPIC**  
**Direito Europeu da Segurança**

O processo de reconceptualização da “segurança” radica na insustentabilidade do entendimento tradicional, circunscrito ao plano interestatal e à delimitação clássica entre segurança externa e interna. A “segurança” passou a englobar novas vertentes, novos e múltiplos atores e a contemplar novas ameaças, fenómeno visível nos fundamentos e na prática da União Europeia.

O seminário tem como objetivo o estudo aprofundado do quadro normativo e institucional referente às diferentes dimensões da segurança europeia (“O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça”, “Ação Externa”, segurança marítima, energética, ambiental, humana, alimentar e cibernética) e respetivas ameaças. O programa incide na análise do processo evolutivo e na avaliação do Tratado de Lisboa e desenvolvimentos pós-tratado, promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios jurídico-securitários e perspetivas de evolução.

**TEMA / TOPIC**  
**European Security Law**

The reconceptualization process of “security” lies in the unsustainability of the traditional understanding, by circumscribing it to interstate relations and to the classical demarcation between external and internal security. The notion of “security” has encompassed new dimensions, new and multiple actors and contemplated new threats. This phenomenon is visible in the European Union’s foundations and practice.

The seminar aims to deepen the study of the legal and institutional framework regarding the different dimensions of European security (“Area of Freedom, Security and Justice”, “External Action”, maritime, energy, environmental, human, food and cyber security) and existing threats. The programme focuses on the analysis of the evolutionary process as well as on the evaluation of the Treaty of Lisbon and post-treaty developments, promoting a critical reflection on the legal and security challenges and perspectives of evolution.



\*\*\*

**Direito Privado Comparado / Comparative Private Law**  
**Prof. José João Abrantes**

**TEMA / TOPIC**  
**Direito Europeu dos Contratos/ European Contract Law**  
**Princípios de Direito Europeu dos Contratos**

Os diversos aspectos constantes desses Princípios serão objecto de comparação com o regime correspondente no direito português e (pelo menos) num direito estrangeiro.

**Principles of European Contract Law**

Different aspects of those Principles shall be compared with the corresponding regime in Portuguese law and (at least) a foreign law.

\*\*\*

**Direito Público Comparado / Comparative Public Law**  
**Prof. Sofia Santos**

**TEMA / TOPIC**

**A unidade curricular tem como objetivo o estudo comparado dos poderes dos Chefes de Estado em diferentes sistemas constitucionais, promovendo uma reflexão crítica sobre os pontos de convergência e divergência e limites.**

**The curricular unit aims the comparative study of the powers of the Heads of State in different constitutional systems, promoting a critical reflection on the convergence and divergence points and limitations.**

**BIBLIOGRAFIA**

Dário Moura Vicente, *Direito Comparado*, vol. I, 3ª Edição, Coimbra: Almedina, 2014.

Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, vols. I e II, 5ª Edição, Coimbra: Almedina, 2013.

Jorge Bacelar Gouveia, *As Constituições do Estados de Língua Portuguesa*, 4ª edição, Coimbra: Almedina, 2014.

Jorge Miranda, Manual de Direito Constitucional, vols. I, II e III, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

Jörn Ipsen, Staatsrecht I, Staatsorganisationsrecht, 26. Auflage, München: Vahlen, 2014.

José Joaquim Gomes Canotilho e Vital Moreira, Os poderes do Presidente da República, Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

\_\_\_\_\_, Constituição da República Portuguesa Anotada, vol. I e II, Reimpressão, Coimbra: Coimbra Editora, 2014.

Leonard Besselink et al. (Eds.), Constitutional Law of the EU Member States, Deventer: Kluwer, 2014.

\*\*\*

## **Metodologias de Análise do Direito / Methodologies of Legal Analysis** **Prof. José Lamego**

### **TEMA / TOPIC** **Metodologias de Análise do Direito**

#### **Conteúdos programáticos**

A concepção “constitucionalista” sobre o conceito e a validade do Direito: um novo paradigma?

1. A análise do Direito de uma sociedade democrático-constitucional: teoria do Direito e teoria da Constituição.
2. O Direito como conceito “interpretativo”: Dworkin.
3. Direito e razão prática. A concepção de razão prática requerida por sociedades caracterizadas pelo “facto do pluralismo”.
4. O discurso jurídico como “caso particular” de discurso prático: Robert Alexy.
5. O catálogo dos direitos fundamentais e a “constitucionalização” do ordenamento jurídico.
6. Problemas de “sobreinterpretação” da Constituição e activismo judicial.

#### **Bibliografia principal**

1. Ronald Dworkin, *Law's Empire*, Londres: Fontana Press, 1986.
2. Robert Alexy, *Teoría de la Argumentación Jurídica*, tradução de Manuel Atienza *et alii*, Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.
3. Jürgen Habermas, *Between Facts and Norms*, Londres: Polity Press, 1998.
4. Massimo La Torre, *Constitutionalism and Legal Reasoning. A New Paradigm for the Concept of Law*, Dordrecht: Springer, 2007.

TPB, 30 de Março de 2015